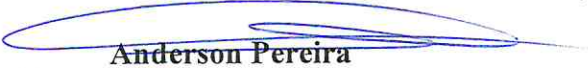




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº <u>798</u> / <u>2020</u>
	AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS		
<p>Indica ao Governador do Estado, com cópia ao Secretário de Estado da Justiça – SEJUS, que o gozo de licença-prêmio dos Policiais Penais seja convertido em pecúnia.</p> <p>O Parlamentar que subscreve, nos termos do artigo 146, inciso VII, c/c artigo 188 do Regimento Interno, indica ao Governo do Estado, com cópia ao Secretário de Estado da Justiça – SEJUS, que o gozo de licença-prêmio dos Policiais Penais, suspensas por interesse da Administração, seja convertido em pecúnia.</p> <p>Em tempo, vale ressaltar que a presente Indicação decorre da necessidade de adimplir o direito de gozo de licença-prêmio dos Policiais Penais, tendo em vista que os servidores tiveram referido direito suspenso em decorrência da necessidade de pessoal para o devido cumprimento das atividades de segurança nos estabelecimentos penais do Estado, vez que, considerando o número crescente de servidores infectados e afastados preventivamente em razão da pandemia causada pelo COVID-19.</p> <p>Assim, justifica-se a presente Indicação para que sejam tomadas as devidas providências para que o gozo de licença-prêmio destes servidores que tiveram suas férias suspensas seja convertido em pecúnia.</p> <p>Diante disso, peço apoio aos Nobres Deputados para o encaminhamento da presente indicação.</p> <p>Plenário das deliberações, 22 de junho de 2020.</p> <p> Anderson Pereira Deputado Estadual – PROS</p>			



Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº _____ / _____
	AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS		

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nobres Parlamentares,

Esta indicação, com fulcro nos Art. 146, inciso VII e Art. 188 do Regimento Interno, tem como objetivo recomendar, indica ao Governo do Estado, com cópia ao Secretário de Estado da Justiça – SEJUS, que o gozo de licença-prêmio dos Policiais Penais, suspensas por interesse da Administração, seja convertido em pecúnia.

Portanto, deve-se considerar que é de competência privativa da Assembleia Legislativa, conforme disposto no artigo 29, XVIII e XXXVI da Constituição Estadual, fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da Administração Indireta e os atos administrativos e financeiros das Instituições mantidas pelo Poder Público.

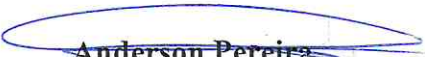
Neste contexto, considerando a suspensão de licenças-prêmio dos policiais penais do Estado, é legítima a presente proposição tendo em vista que visa à sugestão de tomada de diligências para que o gozo de licença-prêmio destes servidores que tiveram o devido direito suspenso, seja convertido em pecúnia, como forma de beneficiá-los de forma alternativa à geralmente atribuída.

Ademais, faz-se necessário salientar o aumento avassalador de casos do COVID-19 em todo o Estado de Rondônia, bem como, a importância destes servidores para o sistema penitenciário, tendo em vista que realizam funções essenciais para o bom funcionamento e manutenção deste em prol da sociedade e segurança pública.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº _____ / _____
	AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS		
<p>Neste sentido, entendendo a necessidade de suspensão das licenças-prêmio dos policiais penais, tendo em vista o alto índice de afastamento de servidores em decorrência da contaminação pelo COVID-19 que, conseqüentemente, vem gerando a redução de efetivo para atender as unidades prisionais do Estado, nada mais justo que atribuir à estes servidores que tiveram suas licenças e continuam prestando seus devidos serviços, o gozo da mesma convertida em pecúnia.</p> <p>Do exposto, pela importância do tema é que peço apoio aos nobres parlamentares ao encaminhamento da presente Indicação.</p> <p>Plenário das deliberações, 22 de junho de 2020.</p> <p> Anderson Pereira Deputado Estadual – PROS</p>			